



## CONJUNTURA

### Metas sociais (IV)

Como nos casamentos, a relação da sociedade brasileira com o real apresenta altos e baixos. A lua-de-mel com a estabilidade apresenta mudanças distributivas pouco pronunciadas. A linha de pesquisa que originou o Real e os planos de estabilização que o antecederam buscava reduzir a inflação, mantendo, mais ou menos constante, o *status quo* da distribuição de renda. A fase da URV, uma espécie de noivado com a nova moeda, pretendia justamente isso.

Os efeitos redistributivos diretos do Plano Real não foram grandes, mas a estabilidade criou a possibilidade de se fazer política social de uma maneira muito melhor do que se fazia antes. Por exemplo, o grosso da redução da pobreza observada no período pós-Real se deu exatamente em maio de 1995, dez meses após a estabilização. Pode ter sido apenas uma longa gravidez até que os benefícios da estabilização fossem paridos. De forma mais realista, a redução da pobreza de 10,56% então observada estaria ligada ao reajuste do salário mínimo de 70 reais para 100 reais, concebido pouco antes. Assim não faz muito sentido discutir-se quem é o pai dos benefícios distributivos imediatos do Real, pois eles ainda estavam e estarão por vir. Neste ponto entra a adoção de um sistema de metas sociais.

O objetivo do Plano Real não foi a redistribuição de renda, mas acabou por potencializar a operação de políticas distributivas. A estabilidade, em si, não garante a ocorrência do desenvolvimento humano sustentável. Da mesma forma que a fidelidade dos pares, não garante a conquista de casamentos felizes. É preciso distinguir condições necessárias das suficientes.